

1. Informações Gerais

Data: 27/06/2023

Horário: 14h

Local: híbrido- presencial/teams

Participantes/Representantes:

- Dr. Ricardo Fioreze – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
- Renata Laurino – Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Daniel Gerheim Souza Dias – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
- Leonardo Lemes Rosa – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em substituição – DTI;
- Cristine Marques Genú – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Rogério Alves Lima – Secretário de Gestão de Pessoas em substituição – SGP;
- Artur Calixto – Assessor Chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
- Jordana Maria Ferreira de Lima – Assessora Chefe de Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Assessor do Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Luciana Matias – Assessora Chefe da Secretaria de Auditoria – SAU;
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

Facilitador

- Dra. Dayse Starling – Juíza Auxiliar, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP.

Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Verônica Fiuza Carvalho – Estagiária.

Presentes no local:

Márcio Mendes Soares	Assessor-chefe do Gabinete da Secretária-geral – SG
Dorotheo Barbosa Neto	Juiz Auxiliar da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP
Frederico Montedonio Rego	Juiz Auxiliar da Secretaria-Geral

Plataforma Teams:

Andrea Sobral de Barros;
Antônio Ferreira de Melo Filho;
Erika Teixeira Guimarães;
Flávio Feitosa Costa;
Igor Caires Machado;
Igor Guimarães Pedreira;
Jeane Dias Pinheiro;
João Marcelo Esteves Lima;
Maria Lúcia;
Marina Brazil Bonani;
Marcos Vinícius Silva Campos;
Meg Gomes Martins de Ávila;
Stanlei Carvalho Silva;
Thais Martins Ferreira;
Thaislana Marina Lima dos Santos;
Thais Oliveira de Sousa.

2. Objetivos da reunião

Apresentar o resultado dos indicadores de desempenho, suas respectivas metas e projetos institucionais referente ao período de janeiro a abril de 2023; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a abril de 2023;
- Apresentação dos resultados dos indicadores, dificuldades e destaques pelas unidades;
- Apresentação do Monitoramento dos projetos institucionais.

4. Abertura

Dr. Ricardo Fioreze, Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica, após os cumprimentos, abriu a 2ª Reunião de Análise da Estratégia informando o período em análise (janeiro a abril), antecipando que o resultado foi satisfatório e enfatizando a necessidade da busca constante por melhorias. Esclareceu que alguns indicadores não foram mensurados, mas ressaltou que se pode pensar em ações que viabilizem o bom resultado futuro. Na sequência, informou que os gestores das unidades fariam o compartilhamento das suas experiências destacando os sucessos alcançados, as dificuldades enfrentadas e as ações para ajustes e correções de rumo. Informou, ainda, a apresentação do desempenho dos projetos institucionais. Sobre os resultados, noticiou que, dos 18 objetivos estratégicos, 10 foram atingidos, 6 foram parcialmente atingidos e 2 estavam fora do período de medição. Na sequência, em nome da Ministra Rosa Weber, parabenizou a todos e todas que estiveram envolvidos no alcance desses resultados. Encerrou sua fala e passou a palavra para Fabiana Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica (DGE). Fabiana informou que a ação que visa o aprimoramento da gestão das políticas judiciárias programáticas foi dividida em quatro etapas. Adicionou que, entre março e junho, foram feitas quatro divulgações: diagnóstico de problema, formação da agenda, formulação da política e planejamento da política. Acrescentou que, no escopo da divulgação, falta enviar vídeos curtos via WhatsApp.

Em continuidade, acrescentou que foram realizadas oito visitas aos gabinetes dos conselheiros para explicar a metodologia e lembrar o painel e o guia. Informou que a próxima etapa será selecionar uma boa prática e fazer uma apresentação em setembro. Além disso, está prevista a elaboração de um normativo com base no retorno recebido dos gabinetes dos conselheiros.

5. Apresentações

Adilson Medeiros da Silva, chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ, lembrou que todas as informações do planejamento estão disponíveis no portal e na intranet, juntamente com um tutorial para facilitar o acesso. Em seguida, apresentou o mapa estratégico com os 18 objetivos e seus resultados. Em relação aos indicadores, que totalizaram 40, informou que 22 foram cumpridos, 2 foram parcialmente cumpridos, 3 não foram cumpridos, 11 estão fora do período de mensuração e 2 não foram mensurados. Pontuou que o resultado significou um cumprimento de 83% dos indicadores, o que demonstrou sucesso na execução. Sobre os projetos, observou que praticamente todos estão com boa execução. Em seguida, a palavra foi passada para a Dra. Dayse, que fez um breve comentário sobre os objetivos da reunião, sobretudo a troca de informações entre as unidades.

5.1 Escritório Corporativo de Projetos Institucionais - ECP

Cristina de Oliveira Winclker, Coordenadora do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais, comunicou que a nova Instrução Normativa (IN) de projetos foi publicada em março. O normativo introduziu os três pilares da nova metodologia: a visão por benefícios, o planejamento incremental e a entrega de valor em ciclos curtos. Acrescentou que a Metodologia de Gestão de Projetos e Portfólio do CNJ, baseada nessa IN, também foi publicada. Dessa forma, noticiou, estão adotando uma abordagem híbrida para os projetos do CNJ, levando em consideração o contexto de cada projeto e os benefícios. Dra. Dayse acrescentou que os ciclos curtos da metodologia possibilitaram a adequação à realidade do CNJ, que tem ciclos curtos de gestão. Destacou que o objetivo é garantir que os projetos de longo prazo já demonstrem bons resultados rapidamente e possam ser mantidos de uma gestão para outra. Cristina continuou informando que, em relação ao panorama dos projetos, até abril, já constavam 36 projetos no portfólio, dos quais 47% estão dentro do prazo e 14% já foram concluídos. Ressaltou que o número diverge do divulgado pela Seção

de Planejamento Institucional-SEPIN porque há projetos que compõem indicadores do planejamento estratégico. Destacou que dois objetivos estratégicos possuem a maior parte dos projetos: "Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos" e "Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas com foco em inovação e transformação digital". Compartilhou informações sobre alguns projetos: "Gestão e Transparência das Comissões Permanentes e Colegiados" cuja grande entrega foi a publicação da IN 94/2023; "Ciclo de Debates da Comissão Permanente", cujas discussões estão disponíveis no YouTube; "1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais", que foi concluído em abril e cujos cursos estão disponíveis; "Pesquisa Percepção e Avaliação do Poder Judiciário Brasileiro", cujos resultados já estão disponíveis no Painel do portal do CNJ; "Sinapse 2", inteligência artificial no âmbito do programa Justiça 4.0, cujo piloto e testagem do modelo de IA foram implantados; "XVII Semana Nacional de Conciliação" terminou em maio e teve os resultados divulgados no portal; "Demandas Complexas", que adotou a nova metodologia antes da publicação da IN, informou que estão fazendo pequenos ciclos de etapas de até três meses e foi feita proposta de direcionamento para o tema Solidão Institucional considerando os normativos já existentes; "Pacto Nacional pelos Direitos Humanos", houve lançamento de um caderno de jurisprudência sobre direitos das mulheres e igualdade racial; "6ª Edição da Série da Justiça Pesquisa", está recebendo propostas; sobre o "PrevJud Automação dos Processos Previdenciários", que está no âmbito da Justiça 4.0, o "Módulo de Automação e Requisição de Documentos" está em desenvolvimento e, também, está em andamento o apoio à integração do PJE e do Eproc; "Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ", foram feitos os cursos: aprendizado de máquina e Spark; "Sniper" está no módulo de garantia (produto 9) – ferramenta de análise financeira e busca de ativos do Poder Judiciário; "PMOJUD" trata do redesenho de processos do ECP está no desenvolvimento do ambiente de projetos; "Sensibilização de formação em integridade e compliance do Poder Judiciário" foi realizado o curso de formação de gestores do Poder Judiciário em sistemas de integridade e compliance; "Sistema Nacional de Gestão de Bens", está em 98%, já estava no relatório final e no material de capacitação, mas terá o prazo prorrogado; "Sinapses 2" e "Sinapse 3" são projetos de modelos de inteligência artificial. O "Plano Nacional de Inovação" está em 74%. Cristina finalizou ressaltando

a importância de formalizar os projetos antes de iniciá-los, a fim de se ter melhor planejamento e execução.

5.2 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC

Jordana Maria Ferreira de Lima, Assessora Chefe de Gabinete da CSAC, expressou seu agradecimento pelo apoio do ECP. No âmbito do indicador 40 - “Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos” esclareceu que existem três programas que estão avançando. Acrescentou que estão trabalhando em um diagnóstico da política, visando melhorá-la. Dra. Dayse mencionou que essa política tem sido desafiadora e que a comissão tem se dedicado para evitar que seja preterida. Pontuou que o objetivo é manter todas as políticas ativas porque ainda não atingiram o seu potencial e, nesse contexto, a atuação do ECP pode contribuir.

5.3 Secretaria de Auditoria – SAU

Luciana Matias, Assessora Chefe da Secretaria de Auditoria, analisou os quatro indicadores da Secretaria: indicador 22 - "Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria" está fora do período de mensuração. A meta para 2023 é atingir 70% dos processos chaves e até 2026 100%; indicador 23- "Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria" está parcialmente cumprido e reflete a avaliação das unidades auditadas. Solicitou que as unidades auditadas preencham os formulários de avaliação ao final de cada auditoria. Na oportunidade, noticiou as auditorias em andamento: sobre Projetos Institucionais, que está em fase de relatório preliminar; sobre Segurança da Informação, que envolverá a área de TI; a auditoria de Prevenção de Assédio; e a Auditoria Financeira, que é realizada obrigatoriamente por determinação do Tribunal de Contas da União. Relatou que um objetivo desse indicador seria, também, avaliar o serviço de consultoria, que ainda não foi estruturado, mas considera uma importante ferramenta de gestão. O indicador 24, "Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria" está fora do período de mensuração. Explicou que a unidade é responsável por coordenar o sistema de auditoria do Poder Judiciário, e uma das atividades é fomentar a realização de ações coordenadas de auditoria seguindo um tema aprovado pela Comitê Permanente de Auditoria. Indicador 25, "Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria", também está fora do período de mensuração. Ao final de cada auditoria,

as unidades participantes avaliam se a ação coordenada gerou melhorias nos processos de trabalho de seus tribunais. O objetivo é atingir 90% de satisfação em relação às ações coordenadas de auditoria. Dr. Fioreze acrescentou que o ECP e a auditoria passaram por um processo de evolução e têm muito a contribuir com os gestores. Dra. Dayse acrescentou dizendo que o CNJ, como órgão gestor do Poder Judiciário, precisa estar à frente das ações.

5.4 Ouvidoria – OUV

Ronaldo Araújo Pedron, assessor do gabinete da Ouvidoria, destacou que a Ouvidoria está na linha de frente na interlocução com o jurisdicionado e atua como um termômetro na identificação de problemas. Compartilhou alguns números, ressaltando que o crescimento desde 2020 tem sido de cerca de 10% ao ano. Em 2020, registraram 26.000 relatos, em 2022, 36.118, e, em 2023, até o momento, são 17.830. Projetando essa média, espera-se chegar a 36.828 relatos até o final do ano, um aumento de aproximadamente 2% em relação ao ano passado, com a ressalva de que ainda não houve nenhum caso de grande repercussão nacional. Destacou que a morosidade representa mais de 50% das solicitações. Em segundo lugar, encontra-se a consultoria jurídica, peticionamento ao CNJ ou reclamação de natureza disciplinar, com 5% das demandas. Sobre os indicadores salientou que são dois: o primeiro é o "Atendimento da Ouvidoria", que mede o tempo de resposta desde a primeira análise até que o cidadão receba uma primeira resposta sobre o seu encaminhamento, que não necessariamente é uma resposta conclusiva. O segundo indicador é a "Satisfação com o atendimento da Ouvidoria", que consiste em uma pesquisa espontânea realizada com aqueles que recebem a resposta final da Ouvidoria. Os resultados dessa pesquisa mostram índices positivos. Também destacou que o desempenho do "Atendimento da Ouvidoria" estava em torno de 93% dos casos analisados e respondidos, mas agora alcançou 99,1%, o que demonstra que a Ouvidoria tem conseguido manter o padrão de resposta e, para isso, houve uma melhoria na organização. Reforçou a importância da atenção devida à Lei de Acesso à Informação e ponderou que, embora esses pedidos não sejam volumosos, situando-se entre 300 e 400 por ano, eles dizem respeito à transparência e à qualidade dos dados. Destacou que, para facilitar o acesso às informações, já foram implementadas melhorias, transformando-as em transparência ativa. Assim, reduz-se a necessidade de solicitar informações por meio de pedidos formais.

5.5 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Arthur Calixto, Assessor Chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça, falou apenas do índice que a Corregedoria ainda não cumpriu, indicador 11 "Índice

de implantação das iniciativas que aprimore as inspeções e correções”. Explicou que é dividido em ações, sendo que duas delas são as principais razões para o não cumprimento até o momento. A primeira ação é a “Inspeção Anual de Funcionamento do Sistema Nacional de Adoção”, que visa inspecionar todos os tribunais relacionados ao Sistema Nacional de Adoção. Devido a mudanças na equipe de inspeção e ajustes de calendário, a inspeção foi adiada para o segundo semestre, abrangendo, em princípio, todos os tribunais. A segunda ação é a “Realização de Inspeções nas Coordenadorias de Infância da Juventude” de pelo menos 20% dos tribunais das inspeções programadas para o ano. Relatou que alguns tribunais que apresentaram resultados insatisfatórios em inspeções anteriores tiveram suas inspeções adiadas para o segundo semestre ou até mesmo para o próximo ano. A expectativa é cumprir essa ação no segundo semestre. Por fim, noticiou que está em desenvolvimento uma ferramenta para monitorar as determinações e recomendações das inspeções realizadas. O projeto já começou, mas ainda faltam definir algumas estratégias e abordagens. A intenção é entregá-lo também no segundo semestre. Registrou que as inspeções vêm gerando resultados positivos junto aos tribunais e que, hoje, a Corregedoria é procurada para sanar dúvidas de cumprimento das resoluções do CNJ. Adicionou que foram realizados convênios com tribunais, que fazem as correções e inspeções e comunicam os resultados ao CNJ, o qual os avalia e toma as devidas providências.

5.6 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

Fabiana informou que o DGE acompanha seis indicadores, dos quais dois apresentaram resultados positivos no primeiro quadrimestre: Indicador 21 - “Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário” que acompanha o Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário por meio de uma pesquisa de satisfação. Na oportunidade, incentivou que as unidades do Conselho cadastrem suas práticas no portal; e Indicador 27 - “Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável”, que teve 19 indicadores com bom desempenho dos 25 que constam no PLS. Adicionou que dois indicadores são semestrais, o Indicador 5 - “Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais” e o Indicador 6 - “Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais” e, por isso, estão fora do período de medição, mas lembrou que no início da reunião foram apresentadas ações para impulsioná-los. Sobre o Indicador 26 - “Índice de melhoria de

implementadas em processos prioritários” informou que está com um desempenho parcial, até o momento, mas ressaltou o aumento da participação de diversas unidades técnicas nesses processos de melhoria e que a expectativa é atingir os 100% até o final do ano. Por fim, sobre o Indicador 1 - “Índice de Cumprimento das Metas Nacionais” observou que está sem acompanhamento no momento porque estão implementando uma nova abordagem para monitorar essas metas. O DGE vai fazer a extração dos dados do DATAJUD, proporcionando maior qualidade nos dados estatísticos.

5.7 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, iniciou informando que o Indicador 31 - “Índice de capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas” e o Indicador 32 - “Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais” atingiram a meta. Destacou o aumento na procura e oferta de cursos, em relação ao ano anterior. No primeiro quadrimestre deste ano, foram ofertadas 17.076 vagas, em comparação com 7.725 vagas no ano anterior. Sobre o indicador 32, foram 890 vagas, em 2022, e 1.846 vagas, neste ano. Informou que houve aumento no número de cursos, e que foram lançados cursos com tutoria. Do Programa Justiça 4.0, citou o Spark, Introdução a Inteligência Artificial, Excel para análise de dados, R para análise de dados, Mineração de texto, Machine Learning e Integridade Compliance. Enumerou mais cursos em andamento e pontuou que, com o aumento da demanda, surgiram desafios relacionados a recursos humanos e infraestrutura de TI. Registrou que o CEAJUD tem uma equipe reduzida, e que, neste momento, há ausências médicas, o que impacta a capacidade de atendimento e a realização dos cursos. Na parte de tecnologia, essa quantidade de acessos ao Moodle tem trazido grande instabilidade, provocando quedas frequentes. Informou que são 26 mil pessoas inscritas nesse ano e que, quando um sistema sai do ar, são feitas muitas reclamações, o que gera uma experiência de aprendizagem ruim. Por fim, Diogo deixou pedido para o DTI para tentar uma solução porque há expectativa de aumento da demanda.

5.8 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, iniciou ressaltando a importância da adesão do CNJ ao Censo do Poder Judiciário. Noticiou que, apesar da baixa adesão, já são quase 80.000 respostas, o que permitirá ter um diagnóstico interessante. Sobre as pesquisas, informou que vêm sendo realizadas e divulgadas normalmente e que o indicador não cumprido (Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário) foi prejudicado porque não foi possível organizar as bases de dados abertas para disponibilizar no site, mas isso estará sanado na próxima reunião. Falou sobre o Módulo de Produtividade Mensal - cadastro nacional de todos os servidores, magistrados e colaboradores do Poder Judiciário o qual permitirá acompanhamento contínuo das informações. Sobre o DataJud, que tem um indicador (indicador 7 - "Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud), relatou que estão enfrentando desafios, mas conseguiram atingir um nível de consistência médio de 64,4%, superando a expectativa de 58,3%. Destacou a importância da parceria com o DGE e com a CN, o que consolida a base de dados como fonte oficial das estatísticas.

5.9 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

Daniel Gerheim, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, explanou sobre o indicador 37 - "Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais" o qual mede a transparência na gestão orçamentária dos tribunais de justiça. A expectativa era ter 94% de tribunais publicando regularmente essas informações, de acordo com normativos como a Resolução 102, Resolução 195, Resolução 303 de precatórios e a LRF. Registrou que a maioria dos tribunais cumpre essa obrigação de transparência e que às vezes ocorrem falhas pontuais.

5.10 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Renata Laurino, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas apresentou o Indicador 14 - "Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam Direitos de Cidadania" que é dividido entre 5 principais ações do DMF: Acompanhamento das Ações do SEEU e da biometria, identificação e documentação

das pessoas privadas de liberdade; Fortalecimento de Iniciativas de porta de entrada do sistema, como a audiência de custódia, monitorização eletrônica e alternativas penais; Porta de saída do sistema, fomento de trabalho dentro e fora do cárcere, além do tratamento de pessoas egressas; Socioeducativo; e Fortalecimento dos GMF. Trouxe alguns resultados dessas ações: cursos do SEEU em parceria com CEAJUD; ciclos de capacitação com servidores e magistrados; ciclo de capacitação das coletas biométricas em diversos estados. Sobre a porta de entrada: fortalecimento da metodologia de atendimento à pessoa custodiada; organização da Conferência Internacional da Monitoração Eletrônica. No que diz respeito às ações de promoção dos direitos das pessoas egressas, avançaram na inauguração de escritórios sociais e termos que levam à inauguração de escritórios sociais, especialmente no estado do Maranhão. No socioeducativo, relatou avanço no desenvolvimento da plataforma socioeducativa, que oferece potenciais interessantes para a gestão da informação de processos e de dados. Está prevista a realização de uma iniciativa piloto em julho. Se referindo às ações do bimestre em análise, observou que estão bastante avançados, o que levou a realizar 43,1% superando a expectativa de 33,3% do indicador. Quanto ao fortalecimento dos GMF, foi finalizado no segundo bimestre a primeira versão do manual de gestão nos estados, e planejam concluí-lo no início do segundo semestre, seguindo as iniciativas do DMF em todo o Brasil.

5.11 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

Leonardo Lemes Rosa, Diretor de Projetos do DTI, noticiou que dois indicadores ainda não foram mensurados: o "Índice de Satisfação dos Usuários de TIC" (Indicador 16), que será avaliado em setembro, e a "Evolução do Perfil de Governança de TI - iGovTIC-JUD" (Indicador 17), que será realizado no meio do ano. O Indicador 15, referente ao "Total de iniciativas compartilhadas", registrou 1.548 iniciativas compartilhadas na plataforma ConectJus. Informou que é um paralelo ao portal de boas práticas do DGE, voltado para as iniciativas de TI em todo o Poder Judiciário. Noticiou que a revisão do Guia da resolução 468, que trata das contratações de TI, está em andamento, e que os tribunais têm compartilhado informações entre si. Quanto ao Indicador 18, relacionado ao "Índice de Serviços Críticos com Gestão de Risco", relatou que, atualmente, existem 30 sistemas críticos mapeados dentro do portfólio de mais de 160 sistemas sustentados pelo CNJ. A meta é chegar a 15 sistemas até o final do ano, mas com o planejamento e a execução atuais, espera-se

alcançar 19 desses 30 sistemas. Contratações estão sendo realizadas para apoiar essa atividade.

5.12 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Cristine Marques Genú, Secretária da Secretaria de Comunicação Social, informou que foi aprovada uma mudança na métrica do indicador 28 – “Alcance nas redes sociais”, o que está permitindo que eles estejam quase alcançando a meta proposta pela primeira vez. Anteriormente, o indicador media alcance e engajamento, mas o engajamento foi removido devido a alterações frequentes nos algoritmos das redes sociais. Complementou que essa mudança na métrica ajudou a identificar quais conteúdos, de que forma se pode trabalhá-los para alcançar o público e o que foi pretendido no indicador. No que diz respeito ao Indicador 30, relacionado ao “Índice de Satisfação com a Comunicação Interna”, informou que está fora do período de mensuração, sendo realizada no final do ano. Acrescentou que no ano passado, a satisfação ficou em 83%, enquanto em 2021 ficou em 93%. Noticiou que, com base nas respostas dos questionários, promoveram algumas alterações: reformulação da Intranet para dar mais visibilidade às áreas mais acessadas, nesta ordem: “Meu Espaço”, “Ramais”, “Notícias”, “Sistemas” e “Páginas de Unidades”; busca por diversificação dos conteúdos com a inclusão de vídeos, pois perceberam que o público deseja notícias e outros tipos de conteúdo. A SCS planeja criar uma lista de transmissão e está avaliando qual é o melhor veículo de comunicação para isso. Acredita-se que a avaliação no final do ano será superior a 83%. Sobre o Indicador 29, “Alcance e Engajamento no Portal do CNJ”, pontuou que pode ter havido um erro de medição e explicou que, o subitem de visitas diárias apresentou um crescimento significativo de 312%, o subitem de média de páginas teve um aumento de 213%, e o subitem de porcentagem de busca aumentou em 17%. No entanto, o subitem de tempo de navegação médio pode ter falhado em atingir a meta, pois a expectativa era de 2,08 e foi alcançado apenas 2,01. Esse subitem corresponde a 40% do total do indicador. Para a próxima reunião, é possível alcançar a meta. A Dra. Dayse solicitou que Cristine compartilhasse informações sobre as principais notícias dos principais portais acessados, a fim de orientar as unidades sobre quais materiais podem ser produzidos e postados na página. Cristine acrescentou que as pesquisas sobre assuntos relacionados ao CNJ não são realizadas diretamente na página do CNJ, mas sim em sites externos.

5.13 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral – DAGI

Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral, apresentou o Indicador 3 - "Quantidade de processos e projetos aprimorados ou implantados pela DAGI" cuja meta anual é de 12 processos e projetos aprimorados. No primeiro quadrimestre, o resultado alcançado foi 7,95, superando a expectativa de 4. Observou que a meta está adequada, pois, no início do ano, focaram em projetos prioritários que foram relativamente acelerados e também deram início a processos contínuos que são desenvolvidos ao longo do ano. Portanto, espera-se que o ritmo de crescimento desacelere até o final do ano. No ano passado, alcançaram um desempenho de 130%, o que leva a crer que conseguirão atingir a meta de 12 projetos novamente e, se superarem em 30%, poderão revisar a meta. Além disso, a DAGI agora conta com um servidor adicional, o que pode permitir a incorporação de mais projetos e processos. No primeiro quadrimestre, a DAGI realizou as seguintes atividades: Elaboração da Política de Governança e Gestão de Pessoas, que está pronta e em processo de revisão; definição de um fluxo de recebimento em resposta às recomendações do TCU, por meio da plataforma Conecta TCU, resultando na publicação da Portaria 89/2023; revisão de normativos no âmbito da Diretoria Geral; início dos processos contínuos, que incluem análises de riscos dos processos de contratação com valor acima de 500.000 por ano; acompanhamento do ciclo PDCA das unidades vinculadas à Diretoria-Geral; trabalho em um novo Painel de BI para 2023, com automação no envio de dados; participação da DAGI nos comitês de QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) e de inclusão de egressos do sistema carcerário. Informou que, para o segundo semestre, planejam trabalhar em projetos mais complexos, que demandarão mais tempo e envolvimento de diversas unidades. Acrescentou mais atividades: trabalhar na elaboração da política de governança de gestão de aquisições em conjunto com a SAD; fazer a adequação do fluxo processual para a celebração de termos de cooperação em parceria com todas as unidades envolvidas; alterar o código de conduta, atendendo a uma demanda da comissão de acompanhamento do PLS para inclusão de dispositivos relacionados à equidade e diversidade; fazer mapeamento dos processos da DAGI.

5.14 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, lembrou que o Indicador 38- "Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ" é crucial devido ao regime estabelecido pela Emenda Constitucional 95 e pelo Novo Regime Sustentável em tramitação no Senado Federal. Sobre o Indicador 39, "Execução das despesas primárias do CNJ", reforçou a importância da colaboração dos gestores para que, no momento em que ocorrer a despesa, seja enviado o faturamento para efetuar o pagamento. Ressaltou que, no mês de dezembro, ocorre uma grande carga de trabalho, e pediu a compreensão de todos os gestores para que colaborem com relação a esses pagamentos. Mencionou que estão finalizando a Proposta Orçamentária de 2024, a qual tem um limite estabelecido, impossibilitando o aumento das despesas. Adicionou que a SOF tem acompanhado a economia, e o boletim Focus estima uma inflação IPCA de aproximadamente 5% para a proposta de 2024. Com base nessa estimativa, estão trabalhando com um crescimento de 5% e irão solicitar às unidades que realizem ajustes em suas despesas para se adequarem a esse valor. Pontuou que o desafio é melhorar a qualidade dos gastos. Relembrou ainda que, em 2024, está previsto um reajuste de 6% para os servidores a partir de fevereiro. O Dr. Fioreze citou que foi realizado um exercício semelhante com os próprios tribunais durante o Seminário de Gestão Orçamentária.

5.15 Secretaria de Administração – SAD

Bruno Lopes, Secretário de Administração, falou que o Indicador 19, "Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ", e o Indicador 20, "Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração", estão fora do período de mensuração, mas que, na última medição, apresentaram resultados acima do previsto atingindo 104% e 100,5%, respectivamente. Em relação ao orçamento, pontuou que a Secretaria de Administração é responsável por prover toda a infraestrutura para que os gestores possam desenvolver seus projetos. Observou que, no ano passado, a SAD teve uma dotação inicial de 57,8 milhões de reais, e ao final do ano, foram liquidados R\$ 51 milhões, ou seja, foi possível remanejar mais de R\$ 6 milhões para atividades finalísticas em outras unidades. Neste ano, o orçamento foi de R\$ 62 milhões. Informou que, para 2024, a captação inicial foi R\$ 74 milhões para a ação orçamentária da SAD, mas o valor máximo permitido será R\$ 65 milhões. Assim, informou que os gestores, juntamente com a equipe da SAD, terão que fazer os ajustes necessários. Mencionou que algumas

demandas encaminhadas para a Secretaria de Administração não poderão ser atendidas de imediato, mas registrou o trabalho de coordenação que é feito pela SAD para possibilitar o remanejamento dos recursos a fim de atender todas as demandas. O Dr. Fioreze acrescentou que é necessário adotar um olhar novo e mais atual para a questão do orçamento do CNJ, e que o esforço de todos continua sendo necessário para enfrentar esses desafios.

5.16 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Rogério Alves Lima, Secretário de Gestão de Pessoas em substituição, falou sobre os indicadores da SGP. Em relação à capacitação dos gestores, cujo desempenho do indicador não atingiu a meta, informou que, no segundo semestre, está previsto um ciclo de capacitações voltado para esse público e ponderou que pode ser reflexo da falta de pessoal. Sobre o Indicador 33, "Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ", observou que está melhorando e têm conseguido avançar. Informou que o projeto de dimensionamento de pessoal do CNJ, revelou a necessidade de um pouco mais de 100 servidores para atender às demandas e cumprir os objetivos estabelecidos. Nessa esteira, relatou que, foi encaminhada e está em tramitação no Congresso Nacional uma proposta para criação de 70 cargos e 20 funções comissionadas. Citou as dificuldades enfrentadas pela SGP e, também, o processo de seleção para restabelecer o CEAME, que não logrou êxito. Destacou, ainda, dois trabalhos relacionados à qualidade de vida no trabalho (QVT): premiação da segunda pesquisa de QVT no Congresso de Estresse no Encontro Nacional de Qualidade de Trabalho no Serviço Público, e o Segundo Prêmio Valoriza CNJ, cujo prazo para submissão de projetos é até setembro e a premiação será feita em outubro.

6. Considerações Finais

Após as apresentações Dr. Fioreze, informou que estão na iminência de iniciar formalmente o processo de transição para a nova gestão do CNJ e que a equipe do Ministro Barroso será composta pelo juiz Frederico Montedonio, presente na RAE, e pela juíza Adriana Cruz. Assim, reforçou o pedido de envio de informações para dar início à elaboração do relatório de transição. Fez, ainda, uma manifestação pessoal e registrou sua honesta e profunda admiração pelo trabalho que todos desenvolvem no CNJ. Pediu, ainda, que persistam na execução dessa importante missão. Reconheceu que o Conselho Nacional de Justiça enfrenta dificuldades, mas pediu a

todos que continuem sendo ousados. Solicitou que sua mensagem seja replicada aos liderados. Com essas palavras, encerrou-se formalmente a reunião.